

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias



Vol. 38 / 2019
II Série



CHAM
CENTRO DE
HUMANIDADES
NOVA FCSH-UA

Centro de Humanidades



PIACERE

Jovem alado, de cabelos dourados e ondulados, onde se verão muitas flores e uma grinalda de mirto florida, circundada por pérolas. As asas serão de cores diferentes e na mão ele terá uma harpa e nas pernas usará botas douradas.

Os cabelos perfumados e encaracolados com arte são sinal de delicadeza e lascívia. Há muitos exemplos nas obras dos poetas onde, para mostrar que se têm banidos os prazeres, se diz que não se penteiem os cabelos, mas que estes sejam deixados negligentes e sem arte. As pedras preciosas e as flores servem e incitam ao prazer. A coroa de mirto mostra o mesmo por ser dedicada a Vénus e diz-se que quando se expôs ao julgamento de Páris, estava coroada com esta planta.

As asas mostram que o prazer é breve e foge e contudo pelos antigos procurado, *voluptas*. A harpa, pela doçura do som, diz-se que tem conformidade com Vénus e com as Graças que, como este, também aquela delícia os ânimos e diverte os espíritos. As botas douradas condizem com o prazer para mostrar que se tem o ouro em pouca conta se não serve para satisfazer os desejos.

Uma sereia mostra que, como engana os marinheiros com o canto, assim o prazer, com aparente doçura, arruína aqueles que o seguem.

Cesare Ripa, *Iconologia*, ed. Pádua, 1618.

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias

(II Série) vol. 38 – 2019

Publicação anual do CHAM – Centro de Humanidades – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores (NOVA FCSH-UAc)

Indexada e referenciada em: CARHUS + 2018 | CIRC | ClassifICS | ERIH Plus | Index Islamicus | Latindex (catálogo v1.0) | MIAR | Qualis/Capes | SHERPA/RoMEO

Publicação interdisciplinar fazendo convergir as perspectivas da história, da filosofia, do pensamento político e dos estudos literários. Trata ideias e práticas políticas, religiosas, científicas, económicas, sociais, estéticas e filosóficas, nas suas formas de expressão e difusão, com destaque para a ligação entre o espaço português e o espaço ibérico, brasileiro e ibero-americano.

J. S. da Silva Dias (fundador 1982 e primeiro director) | José Esteves Pereira (director 1993-2015)

Directores: João Luís Lisboa; Luís Manuel A. V. Bernardo

Coordenação Editorial: Inês Cristóvão

Conselho Editorial: Adelino Cardoso (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Armelle St.Martin (Un. Manitoba, Canadá), Gonçalo Marcelo (FLUC), Isabel Araújo Branco (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Leonor Santa Bárbara (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Nicolas Manidakis (Un. Atenas), Nuno Domingos (ICS-ULisboa), Nunziatella Allessandrini (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Pedro Cardim (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Sébastien Rozeaux (EHESS Paris)

Conselho Consultivo: Aliocha Maldavsky (Un. Paris Ouest Nanterre), Andrea Carlino (Un. Genebra), Ângela Barreto Xavier (ICS-ULisboa), Antonio Castillo Gómez (Un. Alcalá), Colas Duflo (Un. Paris Ouest Nanterre), Fátima Nunes (UÉvora), Fernando Catroga (Un. Coimbra), Gabriella Silvestrini (UPO Vercelli), George H. Taylor (Un. Pittsburgh), Hans-Jürgen Lüsebrink (Un. Saarland), Márcia Abreu (UNICAMP),

Michaela Irimia (Un. Bucareste), Rochelle Pinto (CSCS, Bangalore), Roger Chartier (Collège de France), Roger Savage (UCLA), Teresa Cruz e Silva (Un. Maputo), Vanda Anastácio (ULisboa)

Referees deste número: António Andrade (Un. Aveiro), Emanuel Cameira (IHC-NOVA FCSH), Fabiano Cataldo (UNIRIO), Fernanda Maria Guedes de Campos (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Gisele Venâncio (Un. Federal Fluminense), Isabel Lustosa (Casa de Rui Barbosa), João Pedro Rosa Ferreira (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Maria de Fátima Nunes (Un. Évora), Nuno Domingos (ICS-ULisboa), Patrícia de Jesus Palma (CHAM, NOVA FCSH-UAc).

Gestão de Acesso Aberto e Metadados: Helder Mendes

Capa: Cesare Ripa, *Iconologia*, ed. Pádua, 1618

Direcção Gráfica: Edições Húmus

Editor: CHAM, NOVA FCSH-UAc / Edições Húmus © CHAM e Húmus

Depósito legal n.º 97341/96 | ISSN: 0870-4546
URL deste número: <https://doi.org/10.4000/cultura.5428>

Preço deste número: 17 euros

Permutas e oferta de exemplares para recensão:
CHAM | Av. de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa |
Portugal | culturacham@fcsch.unl.pt
Para referência de números anteriores, consultar:
<https://journals.openedition.org/cultura/>

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UIDP/04666/2020.

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 38 – 2019 / II Série

*Bibliotecas públicas, políticas culturais
e leitura pública: prospetiva, tensões
e dinâmicas sociais*

Coordenação científica

Paula Sequeiros, Débora Dias,

Nuno Medeiros e Cláudia Sousa Pereira



Índice

Apresentação. Bibliotecas públicas, políticas culturais e leitura pública: prospetiva, tensões e dinâmicas sociais <i>Nuno Medeiros, Paula Sequeiros, Cláudia Sousa Pereira e Débora Dias</i>	9
Dossiê Bibliotecas públicas, políticas culturais e leitura pública: prospetiva, tensões e dinâmicas sociais	
La proximidad y lo digital en la lectura pública: en El Fondo, una biblioteca de la ciudad <i>Paula Sequeiros</i>	15
Literatura ao Vivo. O caso dos livros-objeto e a ativação do conceito de <i>design</i> literário <i>Cláudia Sousa Pereira</i>	39
Um ecossistema desfavorável à perpetuação documental. Aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e patrimonialização dos acervos: o caso dos editores e livreiros <i>Nuno Medeiros</i>	59
“As bibliotecas sem muros”: a polissemia de um conceito e suas práticas <i>Débora Dias</i>	71
<i>Onde está o meu livreiro?</i> Reflexões sobre livrarias e leitura pública <i>Fátima Ribeiro de Medeiros</i>	83
Projeto “Álbum de Família” <i>Alexandre Freitas, Ângela Camolas e Teresa Sampaio</i>	95
Alfabetización crítica y lectura digital <i>Margarita Pérez Pulido</i>	105

Vária

O espírito da Expedição Langsdorff, diplomacia científica e a identidade cultural brasileira

R. P. Alencar e P. R. de Macedo-Soares

125

La proximidad y lo digital en la lectura pública: en El Fondo, una biblioteca de la ciudad*

Paula Sequeiros**

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 38 (2019): 15-37. ISSN 0870-4546

DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.5469>

Resumen

En varios países las bibliotecas públicas se han deparado con desinversión y depreciación de sus servicios. En Cataluña existen bibliotecas que reportan incrementos en la oferta de lectura, de equipamientos y de servicios digitales. Se analizó la biblioteca de El Fondo, Santa Coloma de Gramenet, para comprender cómo se concretaron sus políticas públicas de lectura y se integró el digital para una comunidad cultural y lingüísticamente diversa. Se observaron las prácticas de lectura, se entrevistaron a profesionales locales y agentes de supervisión de las redes de bibliotecas de Barcelona, se tomó en cuenta la historia local y de las redes de la región. Las características distintivas incluyeron orientación hacia la lectura como servicio público de proximidad, las medidas dirigidas a las desigualdades sociales locales a la par de cuestionar la adecuación de las soluciones digitales al entorno social y cultural.

Palabras clave: bibliotecas públicas, servicios digitales, prácticas de lectura, Cataluña, Santa Coloma de Gramenet.

Abstract

In several countries, public libraries have been disinvested and their services have been depreciated. Catalan public libraries report increases in the supply of reading services and equipment. The public library of El Fondo, Santa Coloma de Gramenet, was analyzed to understand how reading policies and the digital were concretized and delivered to a cultural and linguistic diverse community. We observed the reading practices, we interviewed local professionals as well supervision members of the libraries networks of the Barcelona region. Distinctive features included an orientation towards reading as a proximity public service,

* Artículo desarrollado dentro del ámbito de investigación del pos-doctorado "A biblioteca no tempo: bibliotecas dos paradigmas do impresso, do oral e do digital" (SFRH/BPD/82215/2011), financiado por la Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

** Centro de Estudos Sociais, UC, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2069-5631>. E-mail: paulasequeiros@ces.uc.pt.

measures aimed at the local social inequalities as well as questioning the adequacy of the digital solutions to the social and cultural context.

Keywords: public libraries, digital services, reading practices, Catalonia, Santa Coloma de Gramenet.

Interrogantes y diseño de la investigación

Las bibliotecas públicas de varios países europeos se han deparado con la cuestión de sobre cuál es su papel en la sociedad y muchas han sido objeto de medidas que comprometen el servicio de lectura pública. En la línea del avance de la globalización neoliberal, este proceso requiere la conjugación de varias dimensiones para ser comprendido: la declarada crisis financiera, la retirada del estado central y local de los servicios públicos, la precarización del trabajo y la discontinuación de proyectos culturales, la depreciación conservadora del trabajo intelectual y de los ocios no mercantiles, la concentración editorial y el control cultural propiciados por concretizaciones de lo digital, la desvinculación y el aislamiento urbanos agudizados por el contexto de crisis. Este marco recesivo alimenta la depreciación de la lectura pública. Son sobre todo preocupantes las decisiones políticas que han resultado en cierres, desinversiones en personal, en materiales de lectura, en horarios de apertura, en prestación de servicios y en su cobro. Diversas publicaciones refieren lo sucedido en Reino Unido (Ellis 2012; Flood 2015; Goulding 2013), en España (Fernández 2014; Gómez-Hernández, Hernández-Sánchez y Merlo-Vega 2014), en Grecia (Giannakopoulos, Koulouris y Kokkinos 2014), en Dinamarca (Svendson 2013). Nos han quedado los registros de protestas populares y profesionales, y nos han quedado también las propuestas reformadoras de estos últimos para el rediseño de servicios y lógicas presupuestales (Flood 2015; Castillo Fernández, Gómez Hernández y Quílez Simón 2010; Straumsheim 2016).

Existen, a pesar de todo, bibliotecas públicas en las que las ofertas de servicios, de espacios, de medios de lectura, no coinciden con esa tendencia regresiva. Se conocen relatos, como algunos casos de la *Xarxa de Biblioteques Municipals* de la provincia de Barcelona, que refieren mejorías tanto en la frecuencia y popularidad de la lectura como en la provisión de servicios en los que se ha incorporado lo digital (Redacción 2017).

Para comprender en qué difería su política para la lectura pública, diseminada en la comunicación social, estuve visitando y observando algunas de las bibliotecas de esta provincia. A través un abordaje cualitativo, conversé y entrevisté algunas y algunos profesionales, así como responsables técnicos y de supervisión política de bibliotecas de Barcelona, y consulté también documentación, presente y histórica, sobre políticas

bibliotecarias. Durante aproximadamente un mes, y en un periodo marcado por el referéndum sobre la autodeterminación de Cataluña convocado por la Generalitat para el 1 de octubre de 2017, permanecí en Santa Coloma de Gramenet. Por las razones que desarrollaré, me centré en la biblioteca del barrio de El Fondo.

A continuación, pretendo presentar una descripción densa y profundidad de la realidad que investigué. Describo de forma sucinta las redes de bibliotecas de la región, su organización e interrelación institucional porque, siendo singulares no son ampliamente conocidas. Considero fundamental comprender la inserción en el territorio de la biblioteca seleccionada, el entramado de las redes de bibliotecas y su evolución histórica, para contextual y relacionamente entender la especificidad del caso estudiado. Esbozo así un encuadre político e histórico que alimente la comprensión del análisis que hago de los usos y prácticas en la biblioteca y que soporte las conclusiones finales.

Las redes bibliotecarias de Barcelona, en el municipio y en la provincia

Es frecuente oír a los habitantes referirse difusamente a Barcelona, extendiendo el nombre a áreas urbanas envolventes que con ella mantienen una relación intensa. En la administración de las bibliotecas existen también entidades que se extienden y sobreponen en sus designaciones y atribuciones.

A nivel municipal, las *Biblioteques de Barcelona*, BB, red bajo la administración del *Ajuntament*, se destinan a más de 1,6 millones de residentes. A nivel provincial, Barcelona es una región administrativa que engloba a 311 municipios y a unos 5,5 millones de habitantes. La *Diputació* (Consejo Provincial) de Barcelona engloba a 130 de estos municipios. La Red de Bibliotecas Municipales, *Xarxa de Biblioteques Municipals*, XBM, es la red coordinada por el *Servei de Biblioteques* de la *Diputació*. En el ámbito de la Generalitat, un *Servei de Biblioteques* coordina los servicios digitales, de catalogación, manutención y logística bibliotecaria, así como algunas bibliotecas de titularidad de la Comunidad Autónoma.

Bibliotecas de Barcelona

Las BB (Bibliotecas de Barcelona) diseñaron en 1988 un plan de desarrollo común, a implementar entre 1998 y 2010. En 2001 un consorcio entre el *Ajuntament* y la *Diputació* interconectó las BB y las XBM.

Según Bailac y Muñoz (2011), las ventajas de este Plan quedaron patentes en ese periodo de 12 años: la posesión del carnet de lector/a pasó a más del 45% de la población; aumentó de 18 BB de titularidad pública en la red en 1997, a 40 en 2010; disponibilidad de

Wi-Fi en todas; espacio multimedia en aproximadamente la mitad de ellas; registro total de 20 mil visitas diarias.

El Plan para el decenio siguiente, vigente en este momento, estableció una nueva tipología de equipamientos, en función de las zonas urbanas de inserción, y definió un conjunto de servicios asociado a cada tipo. La provisión de acceso al conocimiento, la formación ciudadana y una “sensibilidad especial al contexto tecnológico y digital” con base en equipamientos “muy conectados a la ciudad” son los objetivos centrales publicitados. La conjugación de una mayor diversidad cultural y de origen nacional de los lectores, por un lado, con la crisis económica, por otro, habrían llevado a garantizar que las bibliotecas formasen parte de un servicio público “básico” y “de proximidad”. Para tal asumieron tres funciones centrales: capacitar en tecnologías para promover el uso de la información y su transformación en conocimiento; asegurar el acceso a información y productos comercializados (literatura, música, audiovisuales), evitando la “segmentación y la fractura” digital de orden económico; integrar lo impreso y lo digital en un único espacio o equipamiento (Bailac y Muñoz 2011).

Los servicios de las BB han sido de los más apreciados en el área cultural por la población (Institut Municipal de Cultura 2016). Las bibliotecas de la XBM recibieron también una puntuación muy positiva (Diputació de Barcelona 2013).

La Red de Bibliotecas Municipales

La XBM (Xarxa de Biblioteques Municipals, Red de Bibliotecas Municipales) agrega 225 bibliotecas y 10 bibliobuses. Cada municipio tiene o se espera que tenga, una biblioteca local central y bibliotecas filiales. A las localidades más rurales se les atiende mediante bibliotecas móviles. En el discurso oficial, la *Xarxa* se propone asegurar “un acceso igualitario a la cultura” (Diputació de Barcelona 2018). Este *Servei de Biblioteques* de la *Diputació* establece normas comunes para la prestación de servicios y realiza los siguientes: acceso a la información, apoyo a la formación, promoción de la lectura y desarrollo de actividades culturales; creación de espacios de relación; apoyo al desarrollo personal; servicios para niños y jóvenes. Anuncia además medidas para garantizar que grupos minoritarios –en especial lingüísticos, con minusvalías o aislamiento territorial– no queden excluidos. Responsables de la XBM vienen enfatizando la interconexión con el territorio y con la población, abogando también por especializaciones y complementariedades de nexo territorial (Omella, Permanyer y Reyes 2002).

Con funcionalidades centralizadas, la XBM emite un carnet único para la provincia y proporciona préstamo inter-bibliotecario. Asegura un catálogo bibliográfico común:

Aladí (Diputació de Barcelona 2018), las adquisiciones y el tratamiento previo (plastificación, en el caso de los libros). Mediante una lista de propuestas del *Servei*, las bibliotecas agendan eventos culturales y promocionales de la lectura. En este momento, dependiendo de los acuerdos con cada municipio, la contratación de las bibliotecarias más cualificadas y dirigentes compete al *Servei* que las destina rotativamente a los diferentes establecimientos.

Antecedentes históricos de las Redes

Habiéndome dado cuenta de particularidades en la genealogía de las bibliotecas actuales, y habiendo escuchado narrativas de algunas profesionales sobre la singularidad de la experiencia catalana, dentro del conjunto del Estado, “nuestras bibliotecas vienen de muy lejos” –entendí que se imponía consultar su historia, de la cual pongo de relieve en algunos apuntes.

A lo largo de la segunda mitad del siglo XIX se crearon en Cataluña las bibliotecas denominadas “populares” con la voluntad de proporcionar, a la vez que alguna instrucción, una “lectura redentora” (Comas 2001, 17) a una clase obrera emergente. Sectores sociales más progresistas, en la estela de los ideales revolucionarios de Francia, proclamaban la enseñanza pública y la lectura para una educación integral del pueblo. Ya los sectores más conservadores, en particular el de la iglesia católica resentida por la pérdida de privilegios, temían la difusión de la capacidad de leer y de los medios de lectura (p. 24). Algunos intelectuales produjeron “escritos expresamente” para el proletariado, cuya educación, entendían, debería ser “más sólida que brillante” y no alimentar “desmesuradas e injustas pretensiones” (p. 25). Otros agentes, además, daban voz al pánico social alegando que las lecturas en grupo de periódicos propagaban “doctrinas disolventes”, contra las prácticas religiosas, los propietarios y los gobiernos y que “predicaban el socialismo y el comunismo” (p. 32). En lo que respecta a la lectura pública, las primeras bibliotecas populares surgidas a partir de 1869, de iniciativa municipal o asociativa, se presentaban revestidas de un “paternalismo educativo” (p. 2), orientando hacia los *buenos libros*, de “lectura amena” y queriendo obviar a los que “inflaman pasiones” (p. 33) entre el pueblo. Esta polémica sobre la prescripción de *buena lectura* se extendería, además, a principios del siglo siguiente. Veremos resurgir, bajo otra forma, en apreciaciones públicas a propósito de servicios con popularidad en la Biblioteca de El Fondo, como referiré.

Antecedentes próximas de las bibliotecas públicas, son las surgidas, entre 1914 y 1923, de la política desarrollista y catalanista del gobierno de la *Mancomunitat* (1914-1925) (Canalias 2015). La conocida divisa del primer presidente, Prat de la Riba, era: “Que no haya

ni un solo Ayuntamiento de Cataluña que deje de tener, aparte de los servicios de policía, su escuela, su biblioteca, su teléfono y su carretera” (citado en Safont 2018).

En este contexto se inició, en 1910, un debate entre políticos e intelectuales que desembocaría en la creación de un sistema de bibliotecas que articulaba la Biblioteca de Cataluña –patrimonial, central–, abierta en 1914, con un conjunto de bibliotecas populares, creadas a partir de 1915, en comarcas más allá de Barcelona. Una preocupación fuerte era la representación del catalán en las colecciones. Otras contribuciones para este proceso, precoces en el panorama europeo, fueron la apertura de una escuela de bibliotecarias en 1916. En Cataluña, tras el repunte de la industria y de las obras públicas en las décadas anteriores, se consolidará una clase media con cualificación técnica y diferenciación social en cuyas prácticas culturales distintivas se incluían la lectura intensa y la asistencia a bibliotecas.

Estas se inventariaban en el discurso oficial como servicio esencial. Para Canalias (2015), de ellas se esperaba también que cambiasen las disposiciones culturales del lector de provincias para que, a diferencia de lo típico en bares o salas de cine, “no jugasen, no hablasen a gritos, no fumasen y no entrasen con la cabeza cubierta” (Farnés, citado en Canalias 2015, 11). Su lectorado era fundamentalmente masculino, aunque algunas mujeres jóvenes de la pequeña y mediana burguesía las frecuentasen también. Se suma a esto que la nueva profesionalidad de las bibliotecarias, declinada en lo femenino, la lectura y las palestras dirigidas a mujeres habrán proporcionado algún reconocimiento de género a través del uso público de estos espacios de lectura por y con mujeres.

Polémica fue la configuración orgánica diferenciada, partiendo de diferentes perspectivas sociales y políticas, adoptando uno de estos dos modelos: o una red amplia de bibliotecas populares, de barrio, dirigidas más a la clase obrera y con finalidades educativas; o una red restringida, para la investigación técnico-científica y para los grupos sociales más escolarizados, basada en las bibliotecas de los Ateneos existentes en varias ciudades y en la biblioteca de la *Universitat de Barcelona* (Comas 2001). En este marco, el Estado central sacó un Decreto Real para las Bibliotecas Populares en 1912 que acabó por no concretizarse. Algunos sectores de la burguesía conservadora asumirán ese papel, adoptando el modelo restrictivo aunque, a pesar de todo, distinto del predicado por Pio IX y por sociedades católicas temerosas de la “maldad del libro y de la lectura indiscriminada” (p. 54). A partir de 1915 el proceso se instiga por un texto programático de la *Mancomunitat* sobre bibliotecas populares y por la publicación de concursos para su creación o remodelación. A esto se añade que tal dinámica se entrelaza con la del movimiento ateneísta de componente burgués, orientado a la “pedagogización de las clases subalternas y la irradiación de intereses de las élites dominantes”, movimiento del que sabemos que contó con

la adhesión de parte de la clase obrera cualificada y que puntualmente fue de iniciativa obrera (Arnabat y Ferré 2017, 37).

En paralelo, la industria editorial se fue consolidando, beneficiándose de la extensión de la alfabetización y acompañando las preocupaciones de elevación moral y cultural referidas.

Bajo la alzada de Primo de Rivera, esta política cultural y el asociativismo encontraron serios obstáculos (Duch, Arnabat y Ferré 2015). A pesar de todo, con el advenimiento de la dictadura franquista, las bibliotecas persistieron en diferentes configuraciones sociales y culturales. Se trató, según Estivill (2013), de un proyecto debilitado e interrumpido pero no eliminado.

Si las bibliotecas contaron con apoyos, frecuentemente citados, de intelectuales destacados y de políticos, nótese que constituyeron también una demanda popular, esa menos relatada. Valorizadas por movimientos de moradores, políticos y trabajadores, a la par de las demandas por vivienda y educación, estos agentes colectivos tomaron iniciativas para la creación de bibliotecas de barrio desde mediados de los años 60 y hasta los 80 (Antxustegi-Etxearte 2014, 122; Bordetas 2012, 250-354).

Otra cuestión a tener en cuenta es que, si la lectura de las clases populares era objeto de control, algunos antifascistas no dejarán de aprovechar las oportunidades y los lugares públicos de lectura como experiencias de frescura en un “desierto”:

Imagino que mis vivencias de contacto con sectores de la pequeña burguesía barcelonesa hicieran que me cuestionara mis raíces obreras y suburbanas y mi reacción identitaria desencadenó unas ganas de “hacer cosas en el barrio”. Los encuentros en el bar Tòfol con compañeros y compañeras de la *Facultat de Lletres* para preparar junto algunas asignaturas. La relación con otros antiguos compañeros del *Institut Santa Eulàlia*, entre los que estaba Sanromà, como lectores y socios de la Biblioteca Popular, que substituía a la Biblioteca Móvil de la *Diputació de Barcelona*, con el fin de intentar hacer un débil activismo cultural, fue también una expresión de nuestras ganas de propagar la semilla de la cultura en el desierto del analfabetismo que habíamos tanteado durante años. (Pujadas 2001, 198-199)

La ciudad de Santa Coloma de Gramenet

En un territorio con 7 km², de los cuales solo 4 son urbanizables, Santa Coloma tendrá hoy alrededor de 119 mil habitantes y una alta densidad de ocupación –más de 17 mil personas por km²; en 2015 la densidad de población media era de 113 en la Unión Europea.

Destino de migración interna y externa en las últimas décadas, la población estacional ronda hoy más de 100 mil. En El Fondo, barrio de los más populosos, residen por encima

de 16 mil migrantes. La población de origen extranjero, mayoritariamente china y marroquí, constituye aproximadamente un quinto del total y reside en gran parte en este barrio. Las actividades económicas preponderantes en la ciudad son el comercio, la restauración y la hostelería (59,6%), otros servicios (15,75%), industria (7,6%) y actividades financieras (7%) (Ajuntament de Santa Coloma Gramenet 2016). Desde 1994 la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) se estableció en Santa Coloma. En 2014 la *Universitat de Barcelona* abrió un campus dedicado a la alimentación.

El municipio pertenece a la comarca de El Barcelonés y se inscribe en el área metropolitana de Barcelona, al nordeste de la grande ciudad y con más de un millón y medio de personas.

Localidad rural y destino de veraneo para familias pudientes hasta finales del siglo XIX, ganó trazos de ciudad dormitorio con el avance de la industrialización en la región de Barcelona y con las sucesivas oleadas migratorias internas, creciendo intensa y constantemente hasta la primera mitad del siglo XX.

En la década de 1910-1920, la ciudad sufre modificaciones estructurales. En particular, un puente sobre el río Besós abrió conexión rápida con Barcelona, incentivando el crecimiento inmobiliario basado en el sueño de tener allí cerca una “casita con jardincito” y urbanizando el territorio montañoso (Olivé 1974). La población siguió creciendo con la inmigración demandada por la expansión económica de los años 20, principalmente por las obras de la Exposición Internacional de 1929 y del metro de Barcelona (Cuesta 2014).

Santa Coloma pasó, en una década, de casi 3000 habitantes, en 1920, a unos 13 mil. Con oscilaciones de por medio, se inicia un crecimiento intensivo en la década de los 50 con la migración procedente sobre todo del sur de España. En 1975 alcanza 137 mil habitantes, y a partir de los años 80 manifiesta algún descenso.

La estructura de la ciudad se fue alterando con estos “ríos de gente”, en torrente hacia Can Zam, en flujo continuo hacia El Fondo, hasta casi alcanzar todo el término. Esto configuró los primeros barrios suburbanos, generalizándose la autoconstrucción y el *barraquismo*. Refiramos que los beneficios del capital local de industrializar la ciudad encontraron oposición por parte del régimen franquista, para evitar que, en un área crecientemente obrera, se enraizase una proletarización subversiva, según un informe policial de 1974 (Bordetas 2012).

A pesar de todo, en la década de los 70, Santa Coloma ya se calificaba como parte del “cinturón rojo” (Ealham 2007, 60) que rodeaba al núcleo urbano de Barcelona (Bordetas 2012).

Las luchas populares en esta ciudad, desde finales de los 60 y hasta los 70, dejaron marcas profundas en la memoria social y en la ocupación del territorio. Aunque no industrializado intensivamente, el carácter social y político de los trabajadores ahí residentes

imprimió las resistencias a la suburbanización descalificante, empobrecedora de la ciudadanía y constreñidora de las prácticas culturales y de convivencia en el contexto del tardofranquismo.

“Hacer ciudad y hacer pueblo”

Esas resistencias fueron protagonizadas, en particular, por asociaciones de moradores y por un grupo de antifranquistas que las diseminó públicamente en la revista Grama (1969-1996). Grama registró detalladamente el proceso de transformación de la ciudad y de sus gentes, alimentando el trabajo de memoria presente (Antxustegi-Etxearte 2014). Continuada por la revista Fórum Grama (1996-2006), y con recomposición asociativa migró hacia la Web en 2016. El Sitio se encuentra suspendido en el momento en el que escribo.

Los graves problemas sociales de la suburbanización de Santa Coloma ganaron fama, atrayendo a un amplio abanico de activistas sociales. Afluyeron figuras de la intelectualidad opositora, de la militancia partidaria y sindical, del cristianismo progresista. Un grupo de capellanes, consejeros de la Juventud Obrera Católica, se desplazaría a parroquias colomenses y, animados por las ideas de la teología de la liberación, las encabezaría de forma concertada en 1965. De entre ellos sobresalió Jaume P. Sayrach, capellán de El Fondo, dinamizador social y periodista, quien prestó apoyo a uno de los primeros centros sociales (Antxustegi-Etxearte 2014). Entre la intelectualidad se destacaron figuras radicales como Xavier Valls y María José Olivé, arquitecto y geógrafa que se opusieron, a lo largo de dos años, al plan metropolitano de urbanización oficial, favorecedor de la especulación sobre el terreno y sobre lo construido, al que contrapropusieron un Plan Popular.

Nótese que desde los años 70 y durante décadas, diversos agentes sociales de Santa Coloma, con diferencias ideológicas y de composición social, intervinieron en acciones y frentes comunes por una ciudad buena para vivir, por la educación, por la participación ciudadana y por el debate político (Davis 2014; Antxustegi-Etxearte 2014). La policía política informaba al poder central en el año 1975:

un grupo activista, ubicado en la Parroquia del Hondo [Fondo] [...] integrado principalmente por asistentes a clases nocturnas, y entre los que se encuentran la casi totalidad de los corresponsales de los periódicos barceloneses [...], los cuales celebran seminarios de estudios de sociología política, inspirados en la doctrina marxista [...].

Son a su vez los instigadores de núcleos que se sitúan en las zonas periféricas de la población, SANTA ROSA, MOTO-CROS y SINGUERLÍN, bajo los auspicios de las Parroquias allí existentes. (citado en Bordetas 2012, 545)

Valls y Olivé organizaron asambleas populares y desarrollaron núcleos locales de planeamiento en articulación con asociaciones de moradores, consultando arquitectos, geógrafos, asistentes sociales, trabajadores de la construcción y profesores locales. Finalizado en 1978, el Plan Popular reivindicaba la calidad de vida para la ciudad como un todo. Se centró, por un lado, en la ampliación y valorización del espacio público, apropiado en buena parte por planes parciales de urbanización e intervenciones ilegales. Alternativamente propuso el asfaltado de las calles todavía con vertederos a cielo abierto, jardines, conexión viaria eficaz con Barcelona. Por otro lado, el Plan se centró en las carencias de servicios y equipamientos públicos –un centro de salud, transportes públicos interurbanos, escuelas– y se crearon además, o se revitalizaron espacios de ocio y cultura –centros cívicos, parques infantiles, un museo, zona fluvial. La ocupación, recuperación y gestión populares fue un proceso usado en solares y masías, parcelas de terreno abandonadas y áreas naturales descuidadas (Antxustegi-Etxearte 2014; Bordetas 2011; Bordetas 2012; Davis 2014). *Hacer ciudad y hacer pueblo*, era la divisa asociada al Plan Popular (Bordetas 2012).

Tendríamos que aclarar un hecho y es que el suburbio, más que un hecho estético (es sucio, feo, incómodo), es un hecho ético (es injusto): por lo tanto cualquier planteamiento que no parta de este supuesto será necesariamente limitado” afirmó Xavier Valls en 1970. (citado en Antxustegi-Etxearte 2014, 55)

A partir de la década de los 80, Santa Coloma de Gramenet ganó vida propia. Los habitantes que habían dejado el centro metropolitano barcelonés, la alimentaron, en una nueva oleada migratoria motivada por la vivienda. Se mantuvo, aun así, conectada a Barcelona en la economía, en los desplazamientos al trabajo, en la complementariedad de algunos servicios públicos, en grandes festejos y eventos culturales.

En el campo educativo y ya en 1975, profesoras formadas por la *Escola de Mestres Rosa Sensat* (Barcelona), van a Santa Coloma con la intención de promover la reforma de la enseñanza pública. El Movimiento de la Escuela Pública, que integraban, pugnaba por escuelas no represoras, de formación holística y estímulo a la creación artística, y por una enseñanza laica, racional y científica. La *Escola* desarrolló, como principios básicos, el compromiso social y la organización democrática de la vida de los establecimientos (Davis 2014). En 1980, en el *Casal del Mestre* fijaría su sede una asociación continuadora.

El movimiento anti-OTAN y por el desarme fue otra área donde activistas colomenses marcaron la delantera (Davis 2014).

Este vigoroso asociativismo se organizó frecuentemente a nivel de cada barrio, marcando además la sociabilidad y los espacios urbanos. En los 14 Centros Cívicos de la

ciudad están alojados algunos de los 290 grupos culturales, de moradores y habitacionales, deportivos, de padres y madres de estudiantes, de mujeres, juveniles e infantiles, de salud y de la tercera edad, etc.¹.

La Biblioteca Central de Santa Coloma de Gramenet mantiene un archivo de panfletos y de prensa local relativo a las comisiones de moradores colomenses (Davis 2014).

Estas prácticas de democracia e intervención populares soportadas por las organizaciones de moradoras y moradores se constituyeron, por la intensidad, extensión y persistencia “como uno de los grandes espacios de empoderamiento, de autonomía y de toma de conciencia política de las clases populares –entre ellas, las mujeres y los jóvenes” como analiza Bordetas (2011, 6). Muchas de las reivindicaciones se concretizaron y varios de aquellos espacios, edificios y servicios se mantienen activos y alimentados por la población. La cultura asociativa y política permanece y se va transformando, revelándose durante la organización del referéndum, en la huelga general y en las protestas subsecuentes.

En las conversaciones mantenidas con miembros de asociaciones, resaltaron memorias de aquellas décadas, invocadas con fluidez y frecuencia. En ese clima de desobediencia, de luchas políticas acaloradas y de fuerte rememoración “en movimiento”, se sentían continuadores de las tareas de su organización furtiva y de movilización pública. Referían sus disposiciones como inseridas en un continuo de generaciones, dispuestos a movilizarse en situaciones adversas, o sea, propiciadoras de una cultura política común que se nutría de las “contra-memorias” (Della Porta 2018). La confrontación autonómica era frecuentemente verbalizada como una continuidad del antifranquismo catalán, lo que algunas ancianas corporizaran, como quedó registrado en reportajes televisivos sobre la intervención policial en el transcurso de la votación.

Escuché narrar otro episodio, de memoria amarga, acerca de un conflicto, de hacía más de diez años, sobre una mezquita situada a pie de calle, en un edificio de viviendas. Varios agentes sociales y políticos intervinieron: grupos Okupa, a favor de que permaneciera allí, la responsable municipal, que proponía una resolución administrativa, la policía local, ahora respondiendo a las quejas de vecinos adversos, ahora desobstruyendo la entrada a la mezquita. Los responsables religiosos cedieron a cambiar de sitio el lugar de culto para el extrarradio de la ciudad. El conflicto adquirió una notoriedad pública que, por diversos motivos, incomodaba a los diferentes agentes implicados (Moreras 2008).

Estas memorias de la ciudad se estaban utilizando, en aquellos días críticos, como una “panoplia” a partir de la cual los y las agentes sociales escogían “diferentes piezas

¹ Cf. <https://www.gramenet.cat/participacio/entitats/>

para construir líneas de acción” (Swidler citado en Della Porta 2018, 277). El trabajo de memoria se hacía activamente, desde diferentes perspectivas, produciendo diversas (re) significaciones. Señalar además que, bajo la consigna recurrente “Las calles siempre serán nuestras”, las protestas contra la intervención policial y la posición del gobierno central, la huelga general del 3 de octubre, convirtieron las calles en ágora del debate político y de confluencia de grupos sociales. Miembros de la PAH, Plataforma de Afectados por la Hipoteca, por ejemplo, casi todos inmigrantes, interpelaban a la población para que escucharan su lucha y sus avances.

Instituciones y prácticas culturales y de convivencia

En la ciudad comprimida, la vida cultural de raíz asociativa o estatal local se muestra: existen grupos escénicos, que incluyen la actuación de aficionados, con espectáculos regulares; la programación del teatro municipal aborda las desigualdades sociales –feminismo, migraciones, minusvalías–, contiene piezas de humor y actuaciones de payasos; cada una de las bibliotecas mantiene varios clubes de lectura, en crecimiento; se conservan las prácticas de excursionismo y campismo en diferentes grupos etarios.

Amigos que hice al integrar sus encuentros semanales por la noche en la taberna, me hablan de un asociativismo reciente más débil, lamentan las dificultades sentidas por la revista Grama. La historia de la ciudad, más allá del referéndum, era el principal asunto social de conversación. De esas conversaciones me traje más curiosidades y cuestiones sobre la vida local y también algunas repostas.

Tabernas, bares de tapas y cervecerías alimentan, en el doble sentido, los encuentros regulares de las pausas para comer y a la salida del trabajo, congregando a mucha gente alrededor de las mesas. Las mesas de una churrería próxima a la Biblioteca de El Fondo son intensamente buscadas, especialmente los domingos por la mañana, por familias y grandes grupos –es sitio reputado por la buena comida y animación durante diferentes horas del día y de la noche. Los cuatro mercados municipales, los mercadillos de calle diarios, rotativamente asentados en cada barrio del centro, tiendas y servicio de restauración a pie de calle, terrazas pequeñas o extendidas por las arterias y plazas ajardinadas centrales, producen un tránsito a pie y una vida constante en las calles. Andar, detenerse a conversar, los aromas y los colores de las comidas y de los productos expuestos constituyen un bazar permanente en varias calles secundarias. En El Fondo hay manzanas consecutivas delineadas por los alfabetos orientales y árabe de los anuncios. Comercio, comida y puntos de encuentro se entrelazan.

La Biblioteca de El Fondo

Las cuestiones iniciales de estas búsquedas se dirigían a entender cómo estaría una biblioteca pública integrando los servicios digitales y cómo estarían siendo apreciados estos por la población a la que deberían destinarse. La elección de un caso en la red provincial recayó sobre la Biblioteca de El Fondo, por las características socio-demográficas de Santa Coloma de Gramenet, por las características populares de aquel barrio y por la singularidad de los servicios asociados a lo digital.

Antes de pasar al caso principal, dejo registro de unas notas sobre el momento de mis observaciones: en primer lugar, desde junio de 2015, el ejecutivo municipal anunciaba recurrentemente una política dirigida prioritariamente a las desigualdades sociales; en segundo, deparado con el referéndum, el gobierno central anunció recortes en las transferencias financieras para Cataluña, lo que iba llevando a cabo; en tercero, con equipos de personal reducidos, en las bibliotecas que inquirí se trabajaba de forma notoriamente intensiva para cumplir los objetivos organizativos y políticos, que iban desde la apertura y reorganización de establecimientos, intervenciones en las festividades locales, lanzamiento o incremento de servicios, agendamiento de sesiones públicas, atendimento personal detallado, hasta al reporte periódico a la tutela.

Dejo también registro de mis visitas, aunque breves, a otras tres bibliotecas integradas en las BB y en la XBM para disponer de referentes con los que comparar las ofertas, tanto especializadas como generalistas.

Visité Les Corts – Miquel Llongueras (BB y XBM) en el centro de Barcelona, adyacente a un grande estadio de fútbol y a complejos deportivos, en un edificio con algunas decenas de años, en una zona connotada con la clase media. La colección se había especializado recientemente en juegos, deportes y entretenimiento.

La Biblioteca de Volpelleres – Miquel Batllori (XBM), en Sant Cugat del Vallès, se localiza en un área residencial asociada a una cualificación académica alta, a 14 km al norte del centro de Barcelona. Abrió en 2015 con un amplio edificio propio, en las proximidades de recintos universitarios. Encuadrada en el proyecto *BiblioLab* del *Servei de la Diputació* (Gerència de Serveis de Biblioteques de la Diputació de Barcelona 2017), Volpelleres fue equipada con un espacio dedicado a un *Library Living Lab* para promover el aprendizaje y la experimentación de nuevas tecnologías con niños y adolescentes. Durante mi estancia allí el *BiblioLab* no tuvo actividades agendadas. Posteriormente me informaron de que su “modelo de gobierno”, que implicaba a diversas entidades, estaba siendo repensado para aumentar la asistencia a las sesiones y la regularidad de la programación. Ambas bibliotecas ofrecían apoyo al aprendizaje acreditado en TIC, la ACTIC (Generalitat de Catalunya 2016; 2017).

Visité también la biblioteca Francesca Bonnemaison (BB y XBM), en el casco antiguo de Barcelona, en un edificio que aloja además al *Institut de Cultura*. “Toda mujer vale más / cuando letras aprende” es la divisa que corona el hueco de las escaleras, recortada por la luz que atraviesa la claraboya. En 1910, la entonces denominada Biblioteca Popular de la Mujer, fue creada para formar profesional y culturalmente a jóvenes obreras. Mantiene la especialización en cuestiones de las mujeres y se extendió a la de género, integrando una red de actividades de diseminación y de apoyo a la investigación. Las bibliotecarias manifestaron satisfacción con que la Bonnemaison hubiera ampliado el ámbito de las colecciones y por haberse abierto a un uso público generalista, en una zona donde hay mucha demanda por parte de un lectorado de composición social diversa.

Santa Coloma dispone de cuatro bibliotecas públicas: la Central –al lado del edificio del Ayuntamiento–, la Can Peixauet –ocupando una antigua casa rural en el extremo nordeste–, la de Singuerlín, Salvador Cabré –en zona densamente habitada– y la de El Fondo.

Inaugurada en 2014, la Biblioteca se encuentra encajada en un edificio multifuncional, junto con un mercado municipal, un supermercado y una guardería². El cuerpo arquitectónico poliédrico se conecta a la ciudad de forma inusual: si subir y bajar es una rutina colomense, la entrada a esta biblioteca de tres pisos, se hace mediante una escalera mecánica exterior o rampa a partir de una calle asfaltada inferior, o también desde otro piso superior a partir de un pasadizo que conecta con una de las plazas centrales. Contrastando con el permanente bullicio exterior, el interior de la Biblioteca proporciona áreas de tranquilidad, casi-silencio. Esta “atmosfera de lectura” (Sequeiros 2011) será ciertamente un bien escaso y apreciado en barrios con menor calidad constructiva y exiguas áreas habitacionales.

El espacio *Cuines del Món*, Cocinas del Mundo, es un proyecto central dentro de la Biblioteca, que ha atraído la atención dentro y fuera de la XBM, materializado en cocina profesionalmente equipada, sala-auditorio y sub-colección especializada. Lo gestiona una comisión que integra, además de al municipio, a una asociación de comerciantes –en buena parte de origen inmigrante–, una escuela de enseñanza superior y una escuela profesional (Bardaji y Chavarría 2017). Es digno de subrayar que la Biblioteca abrió al público tras algunos meses de presentación del proyecto, de audiencias a las asociaciones locales por parte de la bibliotecaria responsable y en la secuencia de su participación en reuniones de estas entidades. Una joven de una comunidad de lengua extranjera con peso en la ciudad integraba el equipo de personal.

² Sobre el edificio ver: <http://www.diba.cat/documents/16060163/25606928/SANTA+COLOMA+DE+GRAMENET-Biblioteca+del+Fondo./295f829a-3132-4f24-a936-1be1ce564cac>

¿Cómo hacer que hablen entre sí a gente tan diferente, sin lengua común de entendimiento? Mariona Chavarria responde enseguida a su propia pregunta (Gerència de Serveis de Biblioteques de la Diputació de Barcelona 2017): “No vamos a acabar con el racismo”, pero se pueden crear espacios y momentos de convivencia que permitan superar ‘la desconfianza’ entre culturas y etnias” recurriendo a la comida. Y prosigue: “La idea no es nueva, de manera alguna”, pero “si la razón de ser de los *Labs* es poner a las personas a hacer cosas y a aprender en conjunto”, entendió entonces la directora de la Biblioteca que una cocina en la biblioteca tendría sentido, asociada al concepto de *BiblioLab*. Este es un programa de la XBM, del mandato 2016-2019 de la *Diputació*, destinado a promover el “acceso al conocimiento a través de la experimentación y de métodos innovadores y creativos en un ambiente colaborativo abierto a la ciudadanía”. El concepto se aplica a proyectos “puramente científicos y tecnológicos, pero también sociales (nutrición, agricultura, astronomía, naturaleza, etc.), artísticos (música, bellas artes u oficios) y a proyectos relacionados con la lectura y la escritura, la esencia de las bibliotecas”.

Las *Cuines* se han basado en el modelo de las *Human Libraries* (Chavarria 2017). Análogamente, en las *Living Libraries* “los Libros son individuos de la comunidad local” (Gamtsó, Mannon y Whipple 2017). Estas Bibliotecas Vivas se diseminaron por Europa, Australia y los EEUU a principios de los años 2000. Siguiendo atentamente el hilo, concluí que, muy probablemente, estas se inspiraron, a su vez, en experiencias desarrolladas en América Latina donde los saberes indígenas, corporizados en ancianos y personas sabias, pusieron en funcionamiento los llamados *libros vivientes*, o sea contadores de historias, narradores y/o ejecutantes del arte *performance*. Daniel Canosa (2005) analizó detalladamente esas experiencias de aprendizaje multicultural y bilingüe que se iniciaron entre los años 80 y 90 en diversas localidades argentinas.

Transmitir y beneficiarse de los saberes populares, basados en el arte, en la oralidad, en el *performance*, en la experiencia vivida o transmitida como tradición, sin intermediarios, sino cara a cara, es el fundamento de las *bibliotecas humanas* referidas más recientemente. En Europa se difundieron a través de activistas sociales de Dinamarca con sesiones temáticas en bibliotecas y dirigidas a salvar las barreras sociales –de género y de orientación sexual, raza, lengua. Ahí, la narración en primera persona de experiencias de exclusión, por un voluntario perteneciente a un grupo estigmatizado –con la frecuente intervención de asociaciones y movimientos sociales–, facilitaría la superación de estereotipos sobre el Otro, por la consulta abierta a la persona-libro en privado o no.

En El Fondo, las sesiones de talleres de las *Cuines del Món*, ya sea para adultos o para niños, juntan a hablantes de varias lenguas, de origen cultural y social diversificado, confiando en el lenguaje no verbal de los actos culinarios, en el aprendizaje basado en

el saber-hacer y en la convivencia asociada a la comida que acaba por consumirse allí mismo. Las propuestas de temas/platos provienen de la vecindad de los alrededores, de otros servicios municipales o de la propia Biblioteca (Chavarría 2017). Una o un invitado enseña a preparar un plato tradicional de su comunidad de origen. Ocasionalmente se organizan sesiones conducidas por *chefs* de renombre o profesionales de la nutrición. Las *Cuines* se diseminan por la Web de la *Diputació*/XBM, donde se fijan enlaces a la bibliografía relacionada contenida en las bibliotecas adyacentes o en las redes sociales.

Este proyecto fue comentado en un periódico y, a modo de sinécdoque orientada a la reducción al absurdo, la cualificación de “pervertida” se extiende a toda la biblioteca que, por no cultivar la dignidad de una Biblioteca de Alexandria, se asemejaría a una “Casa de citas”. Más allá de elitismo, un ostensivo sexismo: si en aquel espacio se aprende a cocinar, y “leer, nadie va a leer”, entrará gente “en tropel” para cursitos de “manicura” o de “conducir” o “asesoramiento matrimonial”. La regresión a un pánico moralista sobre la frecuencia popular o femenina de la biblioteca pública, registrado en alguna prensa de finales del siglo XIX, nos cuestiona sobre el significado social que ha tenido un proyecto a pequeña escala, divulgado en la Web y prensa escrita, para suscitar tal reacción y una latente nostalgia de la segregación espacial y cultural –por eso aquí dejo la nota³.

El resto de servicios, en El Fondo, se asemejan a los prestados en otros centros de la Red: consulta y préstamo de libros, periódicos y audiovisuales, sala infanto-juvenil para lectura y trabajos escolares, apoyo a la alfabetización digital, orientación para otras bibliotecas (Chavarría 2017). De mis visitas, retuve la afluencia regular de niños, a veces allí dejados por familiares mayores, y el apoyo que recibían en los trabajos escolares. El acceso a Internet, los periódicos, eran motivo de visita para usuarios adultos y ancianos. Las redes de la propia ciudad y de la *Diputació* complementan la oferta en el barrio, los clubes de lectura cuentan con mucha participación y crecen en número, el boletín de la Red promueve las actividades culturales, recreativas, deportivas, de turismo, disponibles en su ámbito territorial.

En Santa Coloma oí por boca de varios residentes el aprecio de la importancia social de las bibliotecas públicas y de la convivencia entre diferentes culturas, razas y nacionalidades, a la par con la consciencia de las tensiones reales o posibles. Algunas responsables de bibliotecas con las que dialogué revelaron, curiosamente, insatisfacción con los resultados presentes que las estaría animando a extender y proseguir con los servicios prestados.

A continuación, algunas notas específicas sobre la lectura de lo digital en El Fondo.

³ Cf. https://cat.elpais.com/cat/2017/09/07/cultura/1504812649_382936.html

La lectura y lo digital en una biblioteca popular

Las prácticas de lectura pública en El Fondo, como en realidad en buena parte de las bibliotecas públicas, se desarrollaron en y desde el paradigma de lo impreso y muy pocas son las bibliotecas públicas radicadas solamente en el paradigma de lo digital. Desde décadas recientes, existen productos y servicios que comenzaron a ser añadidos a los convencionales, lo que ha dado lugar a prácticas mezcladas, *i.e.*, dirigidas a diferentes tipos de medios impresos, audiovisuales y digitales, y frecuentemente acumulativas, *i.e.*, corporizadas por una misma persona lectora. En este trabajo, las prácticas de lectura deben ser entendidas como *híbridas*, desde distintos tipos de soporte –físicos o electrónicos, y de materiales de lectura, del mismo modo en el que permanecen híbridas las bibliotecas públicas que comúnmente usamos (Brophy 2007). Así, una parte de los usos de Internet quedará incluida en aquel término, al igual que la lectura de libros y revistas digitales o digitalizados. El término *biblioteca digital* se emplea corrientemente para designar a las colecciones digitales –como si se tratara de una sección o sala– disponibles para el lectorado de las bibliotecas, en presencia o a distancia, para que puedan descargarse en dispositivos específicos el material seleccionado o lo lean en transmisión continua (*streaming*).

Las adquisiciones de recursos digitales en bibliotecas se hacen, en general, en paquetes de colecciones y con condiciones de acceso a la lectura, firmadas contractualmente –se adquieren licencias, no la propiedad; acabada la licencia desaparecen los libros. Se vuelven temas candentes, a nivel internacional, los precios elevados de las licencias, la complejidad jurídica de su gestión, las negociaciones sobre derechos digitales en cada zona económica –y entre otros los autorales patrimoniales, el número de lecturas por licencia–, la privacidad de quien lee (Caldwell-Stone 2012), la interoperabilidad de los formatos digitales. Cuestiones económicas y tecnológicas, sobre todo, han llevado a que las adquisiciones institucionales para bibliotecas se procesen por los poderes nacional y/o locales consorciados, también en España (Alonso, Cordón y Gómez 2015).

La eBiblio es una colección digital disponible en bibliotecas de España desde 2014 por consorcio con editoras con producción digital, lo que ha venido a englobar a representantes de las Comunidades Autónomas –excepto el País Vasco que mantiene plataforma propia. La plataforma integra más de 8000 libros, una centena de audiolibros y unas decenas de revistas. La promoción del mercado editorial digital español es uno de los objetivos. La composición de los paquetes de colecciones fue consecuencia inicialmente de la decisión que el Ministerio de Cultura centralizó. Otras licencias se negociaron extra-consorcio, a pesar de la desventaja financiera, para responder a las políticas locales de lectura (García

2016). Las obras se pueden descargar en las bibliotecas adherentes, incluyendo a Santa Coloma de Gramenet, en las condicionantes de acceso negociadas. Más de la mitad de los préstamos se hacen a partir de Cataluña y de la Comunidad de Madrid (Subdirección General de Coordinación Bibliotecaria 2017).

En lo que respecta al uso efectivo de los libros y revistas digitales, la posibilidad de tratarlo estadísticamente por red local es reciente y los resultados no son todavía conocidos por el público. Existía solo la noción de que se harían algunas descargas por las y por los lectores de la biblioteca de Gramenet. En línea con algunas críticas de las evaluaciones oficiales, la responsable expresó dudas sobre la adecuación de las colecciones contratadas al lectorado local, sobre todo por el bajo número de títulos en catalán, de materiales para el estudio o para el aprendizaje de lenguas extranjeras, que allí son objeto de demanda regular.

Lo digital en esta biblioteca de frecuencia popular se usa sobre todo a partir de servicios difundidos desde hace varias décadas; es el caso de la Web y del correo electrónico. Creadas una capacidad y una familiaridad en el medio laboral, escolar y doméstico, las y los usuarios finales desarrollaron formas de apropiación tecnológica en diferentes áreas de su vida social las que reforzaron la popularidad de tales prácticas, convirtiendo a Internet en un espacio público (Feenberg 2017). Servicios más sofisticados, menos familiares, que requieren la propiedad o el préstamo bibliotecario de dispositivos de lectura electrónica tendrán, con probabilidad, menos demanda en El Fondo. Además, y como he referido, los contenidos de eBiblio, con las limitaciones actuales, podrán no corresponder ni a las disposiciones ni a las capacidades lectoras de los usuarios.

Realicé un abordaje tópico a algunos interrogantes en los que, en esta investigación, no he podido profundizar. Para responder a la cuestión de los usos efectivos, de sus formas y significados asignados, y para abrir las puertas a las reconfiguraciones alternativas y democráticas, se requiere un posterior abordaje en profundidad y cualitativo. En la incisiva formulación de Feenberg (2017, 7), "a veces el problema no es el mal que la tecnología hace, sino el bien que podría hacer, solo con que fuera reconfigurada".

Reflexiones finales

Ser ciudad lectora es una faceta más de la ciudadanía colomense, donde se inscriben experiencias populares de lectura pública. Al valorizar la experimentación, la internacionalidad, los saberes movibles del trabajo de reproducción cotidiano y otros saberes populares, esta biblioteca permite ensayar una proximidad polisémica: vecinal, mezcla social y cultural, co-presencia respetuosa.

La Biblioteca de El Fondo es un lugar en el que resuena la historia de la ciudad y de sus movimientos sociales y políticos recientes. La relación con su lectorado se conjuga con la práctica de actividades culturales de proximidad e incluye propuestas de una oferta cultural popular.

Santa Coloma de Gramenet es un caso de ciudad donde se experimenta lo que podría denominarse no como biblioteca del futuro sino, con más rigor, como la concretización de la promesa democrática, más que centenaria, *en el fondo*, de la biblioteca pública. Las soluciones encontradas son simples y diseminadas sin pretensión elitista, tecnófila. La incorporación de lo digital no se perfila como prioridad, la tónica se coloca en la familiaridad con su uso en contextos de aprendizaje y de información para un cotidiano local interconectado. La idea subyacente aparenta haber hecho un recorrido internacional a través de continentes, invocando a la pretensión occidental moderna de la circulación de la erudición, pero subvirtiéndole la ruta del Sur al Norte global. La orientación hacia las personas comunes, la atención especial a las y los que se ven privados de una ciudadanía plena por vivir en situaciones de clara desigualdad social, es un abordaje prioritario en la oferta del servicio de lectura pública. Habrá todavía margen, seguramente, para desarrollar servicios, en el ámbito de las *Cuines* o en otros, que posicionen a quienes leen no solo como grupo o persona lectora sino también como productora y comentadora de materiales en lecto-escritas ampliadas y sustentadas por la dimensión pública de la biblioteca.

Alguna insatisfacción con los resultados alcanzados, inclusive en otras bibliotecas de las redes barcelonesas, deberá ser entendida como consecuencia de una mirada crítica por parte de agentes culturales con sensibilidad social, responsables del impacto político de las experiencias en progreso, aunque modesto en una escala cuantitativa.

Existen apropiaciones de lo digital y experiencias de adopción por parte de bibliotecas públicas que merecen ser acompañadas por la relevancia y el alcance social de los servicios que prestan.

La demanda de bibliotecas que alíen la ciudad a la lectura pública y la democracia a lo digital se ha vuelto más visible en las décadas recientes, demanda que hay que cuidar con desvelo de cara a cambios que puedan depreciar y agravar las vidas de trabajo.

Bibliografía

Ajuntament de Santa Coloma Gramenet. 2016. Estadístiques 2015. https://www.gramenet.cat/fileadmin/Files/Ajuntament/anuari_estadistic/Anuari_2015.pdf.

ALONSO ARÉVALO, Julio, Antonio Cordón García y Raquel Gómez Díaz. 2015. *E-books en bibliotecas: gestión, tratamiento y aplicaciones*. Buenos Aires: Alfagrama.

- ANTXUSTEGI-ETXEARTE, Odei. 2014. *De suburbi a ciutat: el Pla Popular de Santa Coloma de Gramenet*. Santa Coloma de Gramenet: Fòrum-Grama.
- ARNABAT, Ramon, y Xavier Ferré. 2017. "El desenvolupament de l'ateneisme al Principat". In *Política i cultura: l'ateneisme en la Catalunya contemporània*, ed. G. C. Cattini y X. Febrés, 15–37. Barcelona: Diputació de Barcelona.
- BAILAC, Assumpta, y Mercè Muñoz, ed. 2011. *Biblioteques de Barcelona: 10 anys +*. Barcelona: Biblioteques de Barcelona. http://www.bcn.cat/biblioteques/docs/bib10anys_cat.pdf.
- BARDAJÍ, Ana, y Mariona Chavarría. 2017. "El 'Espai Cuines del Món': color, aroma y sabor de barrio en la biblioteca". In *VIII Congreso Nacional de Bibliotecas Públicas. Espacio físico y virtual*, 121–133. Toledo: Subdir. Gen. de Documentación y Publicaciones. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6027194>.
- BORDETAS JIMÉNEZ, Ivan. 2011. "Las asociaciones de vecinos son la mejor escuela de formación de ciudadanos conscientes: el moviment veïnal durant el tardofranquisme i la transició". *Plecs d'història Local* 141: 5–7. <https://www.raco.cat/index.php/Plecs/article/view/283065/370929>.
- BORDETAS JIMÉNEZ, Ivan. 2012. "Nosotros somos los que hemos hecho esta ciudad: autoorganización y movilización vecinal durante el tardofranquismo y el proceso de cambio político". Tesis doctoral. Universitat Autònoma de Barcelona, Dep. d'Història Moderna i Contemporània. <http://www.tdx.cat/handle/10803/96186>.
- BROPHY, Peter. 2007. *The library in the twenty-first century*. London: Facet Publishing.
- CALDWELL-STONE, Deborah. 2012. "A digital dilemma: ebooks and users' rights". *American Libraries Magazine*. <https://americanlibrariesmagazine.org/2012/05/29/a-digital-dilemma-ebooks-and-users-rights/>.
- CANALIAS, Laura. 2015. "La red de bibliotecas populares de la Mancomunitat de Catalunya: un espejo de y para la mesocracia local". In *Pensar con la historia desde el siglo XXI: actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*, 4289–4305. Madrid: UAM.
- CANOSA, Daniel. 2005. *Servicios bibliotecarios a comunidades indígenas* [pre-print]. Buenos Aires. MS. <http://eprints.rclis.org/11290/>.
- CASTILLO FERNÁNDEZ, Javier, José-Antonio Gómez Hernández y Pedro Quílez Simón, ed. 2010. *La biblioteca pública frente a la recesión: acción social y educativa*. Madrid: ANABAD; Murcia: Tres Fronteras. <http://eprints.rclis.org/15479/>.
- CHAVARRIA, Mariona. 2017. "Una cocina en la biblioteca: el espai Cuines del Món de la Biblioteca del Fondo" (Santa Coloma de Gramenet). *BiD* 38. <http://bid.ub.edu/es/38/chavarría.htm>.
- COMAS I GUELL, Montserrat. 2001. *Lectura i biblioteques populars a Catalunya*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat.

- CUESTA, José Miguel. 2014. "El moviment veïnal al Barcelonès Nord (1954-1987)". Tesis de Doctorado. Universitat Autònoma de Barcelona, Dep. d'Història Moderna i Contemporània. <https://ddd.uab.cat/record/127169>.
- DAVIS, Andrea Rebecca. 2014. "Santa Coloma de Gramenet: the transformation of leftwing popular politics in Spain (1968-1986)". PhD Dissertation. University of California, San Diego. <https://escholarship.org/uc/item/7t53c8gb>.
- DELLA PORTA, Donatella. 2018. *Legacies and memories in movements: justice and democracy in Southern Europe*. New York: Oxford University Press.
- Diputació de Barcelona. 2013. *Principals resultats del conjunt d'estudis d'usuaris de biblioteques de municipis de més de 30.000 habitants*. Barcelona: Diputació. http://www.diba.cat/documents/16060163/33955494/g+2012_satisfaccio_usuaris2.pdf/8eb022cb-a29b-4b81-aa91-71b4b57e27f1.
- Diputació de Barcelona. 2018. *Qui som. Biblioteca virtual*. Barcelona: Diputació. <http://bibliotecavirtual.diba.cat/qui-som>.
- DUCH, Montserrat, Ramon Arnabat y Xavier Ferré, ed. 2015. *Sociabilitats a la Catalunya contemporània: temps i espais en conflicte*. Barcelona: Abadia de Montserrat.
- EALHAM, Chris. 2007. "Una 'geografía imaginada': ideología, espacio urbano y protesta en la creación del 'barrio chino' de Barcelona, c. 1835-1936". *Historia social* 59: 55-76. <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2471536>.
- ELLIS, Mark. 2012. "End of story: Two libraries disappearing every week under Tory-led Coalition cuts". *Mirror* 12 (March). <http://www.mirror.co.uk/news/uk-news/britains-libraries-disappearing-at-a-rate-of-two-758525>.
- ESTIVILL RIUS, Assumpció. 2013. "Las bibliotecas populares de Barcelona como espacios de socialización durante el segundo franquismo, 1957-1975". *BiD* 30. <http://bid.ub.edu/es/30/estivill.htm>.
- FEENBERG, Andrew. 2017. *Technosystem: the social life of reason*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- FERNÁNDEZ, Ana. 2014. "Bibliotecas Públicas ante la crisis económica en España y la ciudadanía". Trabajo fin de grado. Universidad Carlos III de Madrid. <http://fundacionbibliotecasocial.org/content/uploads/2014/12/TFG-Ana-Fernandez-Vara1.pdf>.
- FLOOD, Alison. 2015. "Librarians take legal battle against library closures to government". *The Guardian*. December 17. <http://www.theguardian.com/books/2015/dec/17/librarians-take-legal-fight-against-library-closures-to-government>.
- GAMTSO, Caroline White, M. Mannon y S. Whipple. 2017. "The New Hampshire Human Library Project: breaking barriers and building bridges by engaging communities of learners". In *The Experiential Library*, ed. P. McDonnell, 187-201. Cambridge, MA: Chandos.

- GARCÍA MARTÍNEZ, Eva. 2016. "El préstamo de libros electrónicos en las bibliotecas públicas: eBiblio: la experiencia de eBiblio Castilla y León, Universo Abierto". TFM, Máster en Sistemas de Información Digital. Universidad de Salamanca. <https://universoabierto.org/2016/06/17/el-prestamo-de-libros-electronicos-en-las-bibliotecas-publicas-ebiblio-la-experiencia-de-ebiblio-castilla-y-leon/>.
- Generalitat de Catalunya. 2016. *Contenidos ACTIC: Orden 2016*. Barcelona: Generalitat. actic.gen-cat.cat/web/.content/01_informacio/documents/arxiu/Contenidos-ACTIC-orden-2016.pdf.
- Generalitat de Catalunya. 2017. *Educació d'adults: formació bàsica*. Barcelona: Generalitat. gen-cat.cat/ensenyament/eac/pdf/APA_CA.pdf.
- Gerència de Serveis de Biblioteques de la Diputació de Barcelona. [2017] BiblioLab. Barcelona: Diputació. <https://www.diba.cat/es/web/biblioteques/bibliolab/>.
- GIANNAKOPOULOS, Georgios, Alexandros Koulouris y Dionysis Kokkinos. 2014. "Libraries in crisis: a glimpse over Greece and Cyprus". *Procedia, Social and Behavioral Sciences* 147 (Supplement C): 411–417. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042814040324>.
- GÓMEZ-HERNÁNDEZ, José-Antonio, Hilario Hernández-Sánchez y José-Antonio Merlo-Vega. ed. 2014. "Los profesionales de la información en España, tres años después". *Anuario ThinkEPI* 8: 39-44.
- GOULDING, Anne. 2013. "The Big Society and English public libraries: where are we now?". *New Library World* 114 (11/12): 478–493. <http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/NLW-05-2013-0047>.
- Institut Municipal de Cultura. 2016. *Enquesta Òmnibus Municipal: presentació de resultats del 29 de setembre al 18 d'octubre de 2016*. Barcelona: IMC. http://barcelonadadescultura.bcn.cat/wp-content/uploads/2017/05/2016_Omnibus_Setembre_Informe_Cultura.pdf.
- MORERAS, Jordi. 2008. "Hoy han hablado en la tele, de la mezquita del barrio: los medios de comunicación en el contexto de los conflictos en torno a los oratorios musulmanes en Cataluña". In *Inmigración, discurso y medios de comunicación*, ed. M. Martínez, 127-142. Alicante: Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert.
- OLIVÉ, María José. 1974. "Crecimiento urbano y conflictualidad en la aglomeración barcelonesa: el caso de Santa Coloma de Gramenet". *Revista de geografía* 8: 99–129. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2856500>.
- OMELLA I CLAPAROLS, Ester, Jordi Permanyer y Lourdes Reyes. 2002. "Els plans municipals de biblioteques: contextualització i situació a Catalunya". *BiD* 8. <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/16823>.
- PUJADAS MUÑOZ, Joan Josep. 2001. "A propòsit de l'Hospitalet: ciutadania, hibridacions culturals i processos de relocalització." *Quaderns d'estudi* 17: 197–216. <http://www.raco.cat/index.php/QuadernsCELH/article/view/206207>.

Redacción, Sant Cugat del Vallès. 2017. "La Diputación de Barcelona lanza 'BiblioLab', el nuevo modelo para las bibliotecas públicas". *La Vanguardia* (12 Mayo). <https://www.lavanguardia.com/local/barcelona/20170512/422522445172/diputacio-de-barcelonabibliolab-nuevo-modelo-bibliotecas.html>.

SAFONT, Joan. 2018. *Greuges i desgreuges: el debat Catalunya-Espanya a la premsa del primer catalanisme a l'actualitat*. Barcelona: Ara Llibres.

SEQUEIROS, Paula. 2011. "The social weaving of a reading atmosphere". *Journal of Librarianship and Information Science* 43 (4): 261–270, doi 10.1177/0961000611425823. <http://eprints.rclis.org/18015/>.

STRAUMSHEIM, Carl. 2016. "Libraries lose a quarter of staff as hundreds close". *BBC News*, (29 March). <http://www.bbc.com/news/uk-england-35707956>.

Subdirección General de Coordinación Bibliotecaria. 2017. *eBiblio: préstamo de libros electrónicos en bibliotecas públicas*. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. <http://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/bibliotecas/novedades/destacados/ebiblio.html>.

SVENDSEN, Gunnar Lind Haase. 2013. "Public libraries as breeding grounds for bonding, bridging and institutional social capital: the case of branch libraries in rural Denmark". *Sociologia Ruralis* (53): 52–73.

Dossiê | Bibliotecas públicas, políticas culturais e leitura pública: prospetiva, tensões e dinâmicas sociais

La proximidad y lo digital en la lectura pública: en
El Fondo, una biblioteca de la ciudad
Paula Sequeiros

Literatura ao Vivo. O caso dos livros-objeto e a
ativação do conceito de *design* literário
Cláudia Sousa Pereira

Um ecossistema desfavorável à perpetuação documental.
Aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e
patrimonialização dos acervos: o caso dos editores e livreiros
Nuno Medeiros

“As bibliotecas sem muros”: a polissemia de um conceito e suas práticas
Débora Dias

Onde está o meu livreiro? Reflexões sobre livrarias e leitura pública
Fátima Ribeiro de Medeiros

Projeto “Álbum de Família”
Alexandre Freitas, Ângela Camolas e Teresa Sampaio

Alfabetización crítica y lectura digital
Margarita Pérez Pulido

Vária

O espírito da Expedição Langsdorff, diplomacia científica e a identidade
cultural brasileira
R. P. Alencar e P. R. de Macedo-Soares